

BB perde com o acordo da dívida externa

Leonardo Attuch

O Banco Central terá de fechar um novo acordo da dívida externa com o investidor norte-americano Kenneth Dart e com o Banco do Brasil, que deixaram parte de seus créditos de fora da negociação concluída na última sexta-feira. O BB, que seguiu orientação do Ministério da Fazenda para que Dart não ficasse com a totalidade dos títulos da dívida antiga, pode ser o grande prejudicado.

Em vez de receber bônus do novo acordo, o BB teve que ficar com títulos antigos, denominados MYDFA, num total de US\$ 1,6 bilhão. Esses papéis, ao contrário dos novos, não têm liquidez e sequer são cotados em mercado, por falta de comprador. Embora o MYDFA tenha condições financeiras — prazo e amortizações — mais vantajosas do que os novos bônus, o Banco Central não vem honrando integralmente seus pagamentos, o que significa que o

BB tem um papel “podre” nas mãos.

A estratégia de Dart era ficar sozinho com os MYDFA — ele tem créditos de US\$ 1,4 bilhão — e, assim, ganhar poderes para processar o governo brasileiro, com possibilidade até de bloqueio das reservas externas. Essa ação só pode ser impetrada, agora, se contar com o apoio do BB.

Gastos — Assessores do próprio Banco Central e do BB reconhecem que dificilmente o acor-

do antigo será cumprido. “A previsão de gastos com pagamento da dívida não suporta os dois acordos e terá de ser feita uma outra negociação”, diz um técnico do BC. Mesmo que o Banco Central quisesse honrar o MYDFA, não poderia porque os demais credores incluíram uma cláusula no novo acordo impedindo que o BB obtenha vantagens com a saída.

No Banco do Brasil, alguns técnicos classificaram a decisão

como “açodada”, sem que fossem medidas as consequências para a instituição. O BB, que é o maior credor externo do Brasil, ficou em uma posição desconfortável, já que qualquer decisão do Banco Central deverá também levar em conta o interesse de Dart, que já convocou uma reunião para o próximo dia 25, com técnicos do BB, para que ambos estudem formas de se livrar do “mico”, jargão de mercado para papéis “podres”.

■ Conversão

O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, quer converter títulos da dívida externa em projetos de financiamento à educação, aproveitando que o Banco Central e os ministérios da Fazenda e Planejamento estão elaborando as novas regras para conversão dos títulos. Ele admitiu que os recursos orçamentários não são suficientes para a educação. Hoje, a conversão só é feita nas áreas de meio ambiente e ação social.